

Suspensão de vistos para os EUA: o que muda para brasileiros que querem imigrar

Anunciada em 21 de janeiro, medida suspende temporariamente a emissão de permissões de imigração para cidadão de 75 países, incluindo o Brasil

Por **Rafaela Zampolli**, Valor

24/01/2026 07h15 • Atualizado agora



Presentear matéria



Em **21 de janeiro** os EUA suspenderam temporariamente a emissão de vistos de imigração para cidadãos de 75 países, incluindo o Brasil. A medida foi anunciada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e tem como objetivo revisar os critérios relacionados ao '**public charge**', ou ônus público, um conjunto de parâmetros de elegibilidade usados para avaliar a probabilidade de que o imigrante venha a depender de programas assistenciais nos Estados Unidos.



O advogado de imigração **Murtaz Navsariwala**, do escritório **Murtaz Law**, afirma que **a medida não é inédita**. “Essa não é a primeira vez que suspensões acontecem, e todas foram revertidas. Nenhum visto já emitido será revogado, e processos que já foram aprovados continuarão válidos”, esclarece.

A mudança afeta a emissão consular de **vistos de imigração**, como os green cards por meio de petições familiares ou de trabalho (**EB-1, EB-2, EB-3 e EB-5**). Vistos temporários, como os de turismo, estudo, trabalho temporário e trânsito, continuam sendo processados, explica Navsariwala. Ele acrescenta que mudanças de status feitas dentro dos Estados Unidos também não serão impactadas pela nova diretriz.

Para que a suspensão seja revertida, reforça o especialista, o governo dos Estados Unidos precisa concluir a reestruturação administrativa, que deve permitir uma retomada progressiva da emissão de vistos de imigração. O advogado destaca que as entrevistas consulares continuam ocorrendo, porém a última conversa antes da emissão, no caso daqueles que buscam vistos de imigrante, segue congelada.

Quem será impactado?

“Determinados perfis podem ser mais impactados pela revisão da política de public charge”, alerta Navsariwala. Candidatos com renda familiar baixa ou grande número de dependentes podem enfrentar exigências adicionais durante a etapa consular. Ainda na percepção do advogado, outros critérios de avaliação podem ter alto impacto em processos de imigração por parentesco, como o **nível educacional**.



Para **Pedro Zava**, gerente da **AG Immigration LatAm**, perfis com dependência excessiva do cônjuge e com um histórico de períodos longos sem trabalho nos EUA tendem a ser mais escrutinados, mesmo em processos de categorias EB.

Liz Dell´Ome, advogada e sócia-fundadora da **Dell´Ome Law Firm**, acrescenta que a revisão do critério de ônus público tende a afetar de forma mais intensa profissionais com renda atual abaixo do padrão americano, sem ativos líquidos relevantes ou histórico consistente de salários elevados.

“Outro grupo de maior risco seriam pessoas que, enquanto estiveram nos EUA com vistos de não imigrante, utilizaram benefícios subsidiados pelo governo americano”, acrescenta Dell´Ome. Na vis, o **planejamento estratégico** deixa de ser suficiente quando o processo esbarra em fatores que fogem ao controle do candidato. “Essa suspensão é um exemplo claro disso, até porque não sabemos como será a nova regra ou quais fatores influenciarão a concessão”, reforça.

Navsariwala detalha que se as novas diretrizes da política de public charge incluírem fatores como doenças crônicas, por exemplo, o simples planejamento prévio não bastaria. “Poderia ser necessário comprovar capacidade de arcar com custos médicos e seguro de saúde”, elabora.

Zava, por sua vez, comenta que o planejamento ajuda a reduzir riscos estruturais do caso, mas não elimina riscos macro regulatórios. “Por isso é essencial deixar claro ao cliente que estratégia não substitui autoridade decisória e que políticas públicas podem suspender resultados mesmo em casos elegíveis e bem preparados”, pontua.

Como separar a orientação jurídica realista do excesso de otimismo?

“Otimismo excessivo ignora política migratória, ciclos regulatórios e histórico recente. A retomada deve ocorrer com critérios mais rígidos e isso precisa ser dito desde o início”, defende o gerente da AG Immigration.

Ele ainda adverte que a atualização de **exames médicos**, novas traduções, **reapresentação de documentos** com validade expirada, **honorários adicionais** para reestruturação estratégica e a **manutenção de empresas** abertas nos EUA sem operação imediata são fatores que podem resultar em custos adicionais para o candidato.

Navsariwala concorda que apesar de não haver definição formal, a situação não impede uma preparação estratégica realista por parte do advogado. Na opinião de Dell ´ Ome, o ideal é não dizer apenas o que o cliente quer ouvir e, por outro lado, tomar cuidado ao apresentar os riscos.

“Um conselho honesto para quem considera iniciar um processo de imigração por trabalho agora é evitar consultorias imigratórias sem um advogado devidamente licenciado nos EUA”, diz a fundadora da Dell ´ Ome Law Firm.

Ela lembra ainda que a medida não afeta o andamento de processos iniciados agora, tendo em vista que a fase consular segue ocorrendo, inclusive com a realização de entrevistas, estando suspensa apenas a **etapa final** de emissão dos vistos após a entrevista.

“Considerando os prazos médios, é razoável acreditar que, até que os processos iniciados agora cheguem à fase de emissão do visto, essa medida já terá sido superada e não estará mais em vigor”, aposta. O último e maior conselho, segundo Dell ´ Ome, é não usar nenhum tipo de benefício do governo americano. “Prepare-se para apresentar evidências que demonstrem que você tem saúde financeira para não precisar contar com tais benefícios”, recomenda.